



ACÓRDÃO Nº 394/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10977/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Advogado:** não possui.
- 6- **Responsável:** Sr. Silas Pereira Ruis, Presidente da Câmara Municipal de Caapiranga.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2301 /2018-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moares Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Caapiranga. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Prazo. Recomendações. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que modificou o voto em Sessão, acompanhando o Voto destaque do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Silas Pereira Ruis**, gestor e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Caapiranga, no curso do exercício 2016, nos termos do art. 22, III, "b", da Lei estadual nº 2.423/96;
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. Silas Pereira Ruis** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal, tal recolhimento deverá ocorrer **no prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Autorizar** Inscrição na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva ao Sr. Silas Pereira Ruis, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
- 10.4- **Recomendar** ao Município de Caapiranga, o qual á época tinha como gestor **o senhor Silas Pereira Ruis**:
 - a) que observe com rigor a Resolução n.º 13/2015-TCE/AM;
 - b) que mantenha a prestação de Contas disponível à sociedade, conforme disposto no art. 49 da LRF; c) que mantenha disponibilizado à sociedade, via internet, em tempo real, as informações da Câmara Municipal de Caapiranga, como determina o art. 48, inciso II e 48ª da Lei Complementar n.º 101/2000;



ACÓRDÃO Nº 394/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5- Notificar o Sr. Silas Pereira Ruis acerca do exarado nestes autos, caso a tentativa seja infrutífera, que se proceda a notificação por edital, de acordo com o art. 97, § 2º, do Regimento Interno deste TCE/AM.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Junho de 2018.

13- Especificação do quorum: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO JOSE DE MOARES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral